

CONTRATO nº 001/2026

(LEI 14.133/2021)

Processo Administrativo de Compras n.: 001/2026

CONTRATO N. 001/2026

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Câmara Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG, e a empresa PLANO INFORMÁTICA LTDA, Portadora do CNPJ/CPF sob nº ., adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Professor José Sátiro de Melo, nº 85, Centro, Piedade de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.907.927/0001-00, neste ato representada pelo Presidente da Câmara, FLÁVIO MAGALHÃES DA CRUZ, portador do RG nº 6537429 -SSP/MG e do CPF nº 857.784.436-68, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado, nesta cidade de Piedade de Ponte Nova/MG, doravante denominada simplesmente de "CONTRATANTE", e de outro lado, a empresa PLANO INFORMATICA LTDA - CNPJ Nº 23.366.974/0001-99, neste ato representada pela Senhora Neli Rhodes Moura - CPF nº 737.073.686-53, doravante denominada de "CONTRATADA", têm, entre si, justo e combinado o que adiante se segue, por intermédio das cláusulas a seguir articuladas:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- A CONTRATADA, na qualidade de vencedora do Processo Administrativo de Compras – PAC nº001/2026, compromete-se perante a CONTRATANTE, a fornecer de serviço especializado de locação de solução informatizada de gestão pública, incluindo suporte técnico, que envolva a execução financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos necessários ao atendimento da Câmara Municipal de Piedade de Ponte Nova, conforme as especificações descritas no Aviso de Dispensa nº 001/2026.

- Os serviços contratos devem abranger as seguintes áreas da Câmara Municipal: Contabilidade Pública, Tesouraria, Planejamento e Execução Orçamentária, Patrimônio Público, Almoxarifado, Compras, Licitações e Contrato Pessoa e Folha de Pagamento, obras (quando for o caso), Portal de Transparência e acesso a informação, bem como envio das informações aos sistemas informatizados do TCEMG (SICOM), E-Social e outros.
- Ainda, será contemplada por essa contratação os seguintes serviços complementares: Serviço de implantação da solução informatizada, migração da base de dados existentes, apoio técnico a distância, atualizações e manutenções (preventivas, corretivas e evolutivas), treinamento de usuários, apoio técnico presencial e suporte técnico.
- A CONTRATADA deverá executar o objeto de que trata a Cláusula Primeira, deste Contrato, pelo preço constante de sua proposta, devendo suas especificações corresponderem às normas técnicas aplicáveis, à proposta apresentada e ao que consta no Termo de Referência do Processo Administrativo de Compras.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: processo de dispensa de licitação, especificações, proposta da licitante e outros orçamentos, parecer jurídico, e legislação pertinente à espécie.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR

3.1 - A CÂMARA MUNICIPAL se obriga a pagar a CONTRATADA pelo fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira o valor mensal de R\$.... (valor por extenso).

3.2 – O valor global deste contrato é de R\$ R\$24.724,44 anual e

mensalmente R\$ R\$ R\$ 2.060,37, correspondendo ao objeto definido na Cláusula Primeira, durante o período de 12 (doze) meses.

3.3 – No preço ofertado pela CONTRATADA estão incluídos, além do lucro pretendido, todas as despesas e os custos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto contratual, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais, como por exemplo, implantação, instalação e configurações necessárias ao serviço, treinamento e deslocamento de pessoal, transportes e traslados, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

3.4 - Para a liberação do pagamento, deverá ser encaminhada nota fiscal eletrônica ao endereço eletrônico: camaramunicipalpiedadepontenova@hotmail.com

3.5 - Os pagamentos serão efetuados, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do termo de recebimento, com a devida instalação dos objetos, atestado em nota fiscal pelo servidor competente, mediante pix em conta da contratada.

3.6 - O fornecedor não receberá pagamentos enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária

4- CLÁUSULA QUARTA- DO REAJUSTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- Os preços estabelecidos são fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato.

4.2- A despesa com a execução do objeto será atendida pelo 4.2- A despesa será atendida pelo Orçamento Municipal da Lei Complementar nº099

de 03 de dezembro de 2025 – Manutenção do Gabinete da Presidência - 3 Despesas - Correntes - Outras Despesas Correntes 01.031.0001.4009.0000 ou Manutenção Com Atividades da Câmara Municipal – 01.031.0001.4010.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.99.

5 - CLÁUSULA QUINTA- DO PRAZO DE FORNECIMENTO

5.1- O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses da data de assinatura observadas às necessidades da Câmara Municipal, podendo ser prorrogada em observância da legislação vigente.

6- CLÁUSULA SEXTA- DO CONTROLE DE QUALIDADE

6.1- A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, após a contratação, solicitar inspeções para verificar se os serviços atendem às exigências das normas e especificações técnicas.

7-CLÁUSULA SÉTIMA- DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO 7.1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia por escrito da CONTRATANTE.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - O acompanhamento e a fiscalização do contrato (gestor e fiscal) serão realizados pelo Servidor Anderson Gonçalves Fernandes.

8.2 - São atribuições do fiscal de contrato:

8.2.1. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, fiscalizando não só o objeto do contrato, mas também prazos, locais e condições de trabalho, além de estabelecer metas e procedimentos em conjunto com a CONTRATADA que busquem a excelência da execução do contrato, sempre observando os princípios legais e éticos;

8.2.2. Atentar-se para a qualidade dos produtos e serviços fornecidos e as condições dos equipamentos utilizados pelo preposto na execução dos serviços e dos meios adequados para entrega de produtos;

8.2.3. Possuir Cópia do Contrato, seus eventuais aditivos, Termo de Referência e/ou Projeto Básico, para vigiar/sindicar/atestar toda a atividade exercida;

8.2.4. Recusar serviço ou fornecimento irregular e reportar ao gestor do

contrato quanto ao descumprimento das cláusulas contratuais e outras ocorrências relativas ao recebimento do objeto, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no processo e seus anexos;

8.2.5. Atestar as aquisições, execução dos serviços e obras contratadas, certificando-se que o objeto a que se refere o pagamento foi completamente realizado;

8.2.6. Anotar em registro próprio as ocorrências, mantendo o histórico de atendimento e outros documentos pertinentes, propor eventuais correções e estabelecer prazos para realização das mesmas, indicar eventuais glosas das faturas e saldos contratuais;

8.2.7. Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega/ou execução do objeto e ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do fornecimento ou prestação;

8.2.8. Verificar se o prazo de entrega de materiais ou prestação de serviços (bem como seus preços, quantidade, unidade, volume, marca) está sendo cumprida de acordo com instrumento contratual;

8.2.9. Comunicar o Gestor quanto à intenção de continuidade ou encerramento contratual, possibilitando a abertura de novo procedimento de compras, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

8.3 - As alterações dos servidores designados, bem como novas designações, dar-se-ão por meio de Portaria, mantendo-se as atribuições previstas nesta Portaria aos fiscais indicados.

9- CLÁUSULA NONA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Processo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Processo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no

Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.3 - comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.5- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.6 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10- CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1- São obrigações da Contratante:

10.1.1- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Processo e seus anexos;

10.1.2 - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Processo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 - comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5 - efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

10.2 - A Câmara Municipal de Piedade de Ponte Nova não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES

11.1 - No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério de Administração Pública, garantida a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

- a. advertência, por escrito;
- b. multa administrativa no percentual de 2% (dois por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor do bem e/ou serviço, a contar do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a 10 % (dez por cento) do valor global dos itens adjudicados;
- c. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal Piedade de Ponte Nova, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d. ressarcimento da quantia correspondente à diferença entre o valor da adjudicação recusada e o valor da contratação que vier a ser realizada;
- e. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2 - Pela inadequabilidade dos bens e/ou serviços fornecidos, a CONTRATADA sujeitar-se-á, sem prejuízo das sanções previstas nas alíneas supramencionadas, à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente ao quantitativo rejeitado, a critério da CONTRATANTE.

11.3 - Pela recusa do representante legal da adjudicatária em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 2% (dois por cento) do valor total do fornecimento, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

11.4 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos convocados remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a

contratação de qualquer das empresas.

11.5 - Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do fornecimento, descontável automaticamente do valor a ser creditado mensalmente em favor da CONTRATADA, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

11.6 - A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

11.7 - Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos do Município em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

12.1- Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à empresa, ou cobrados pela via administrativa, ou, ainda, se não atendido, judicialmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, devendo ser recolhidos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1- A CÂMARA MUNICIPAL reserva-se o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- (a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida
- (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência;
- (c) quando houver atraso na entrega dos produtos pelo prazo de 10 (dez) dias corridos por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita;
- (d) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.

§ 1º - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima

relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

§ 2º - Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do Legislativo, poderá o presente contrato, ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA, o valor dos serviços executados até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte da CÂMARA MUNICIPAL.

§ 3º - Quando a CONTRATADA der causa a rescisão do contrato, além de multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual e demais penalidade prevista fica sujeita a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL pelo prazo de até 02 (dois) anos.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1- Nas contratações em que se faça necessária a inclusão ou alteração de qualquer elemento não constante do presente, será efetuada por "TERMO ADITIVO" que integrará o Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

Parágrafo Único: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

15.1- Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre as partes, à luz da legislação, notadamente a Lei nº. 14.133/2023, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1 - As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca do Município de Piedade de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

17.2 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Piedade de Ponte Nova, 22 de janeiro de 2026.



Flávio Magalhães da Cruz
Presidente Biênio 2025/2026

NELI
RHODES:73707368653

Responsável/Contratado

PLANO INFORMATICA LTDA - CNPJ Nº 23.366.974/0001-99

Neli Rhodes Moura - CPF nº 737.073.686-53

Testemunha 1

CPF nº

Testemunha 2

CPF nº

Assinado digitalmente por NELI RHODES:73707368653
ND, C=BR, O=ICP-Brasil, OU=34173682000316, OU=Secretaria da
Presidência Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPT, A3, OU=(EM
BRANCO), OU=presencial, CN=NELI RHODES:73707368653
Localização:
Data: 2026.01.23 14:39:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0